Conferência realizada em Amsterdã, de 13 a 15 de outubro, destacou a necessidade de avançar dos compromissos ESG para a implementação prática

As finanças sustentáveis entraram em uma nova fase, menos focada em compromissos e mais orientada à implementação, à resiliência e à capacidade de direcionar capital para soluções concretas. Essa foi uma das principais conclusões do PRI In Person 2026, fórum global sobre investimentos sustentáveis promovido pelo PRI (Princípios para o Investimento Responsável, na sigla em inglês), da ONU, que promove a adoção de fatores ESG no mercado de capitais.

Acompanhamos os três dias de debates em Amsterdã, na Holanda, para absorver e compartilhar tendências, insights e temas de fronteira na discussão global sobre sustentabilidade. A iniciativa faz parte da **Rede ANBIMA de Sustentabilidade** e da agenda institucional do **ANBIMA em Ação**, conjunto de metas que elegemos como prioritárias para este ano.

A conferência, que reuniu mais de 1.700 investidores, gestores de recursos, reguladores, formuladores de políticas públicas e representantes de organismos internacionais de 60 países, debateu como o investimento responsável está evoluindo em um contexto cada vez mais complexo, marcado por incertezas geopolíticas, transição climática, transformação tecnológica e pressões econômicas. Segundo os painelistas, o atual momento exige ir além da identificação de riscos, atuando na construção das condições adequadas para que a alocação de capital responda a esses desafios de forma efetiva.

+ Relembre a última edição do PRI In Person, realizada em São Paulo

O desafio apontado não é a ausência de capital, mas a escassez de projetos estruturados, mecanismos de compartilhamento de risco, políticas públicas previsíveis e ambientes regulatórios capazes de atrair investimentos em larga escala, especialmente em mercados emergentes. Para ampliar o financiamento à transição nesses mercados e, com isso, acelerar a transição em escala global, falou-se sobre ampliar os mecanismos de mitigação de riscos, fortalecer o papel dos bancos multilaterais e desenvolver os mercados locais de capitais.

Isso se conecta diretamente ao futuro das finanças sustentáveis. O caminho apontado indica mudar a sustentabilidade do lugar de uma agenda separada e integrá-la aos processos de investimento, gestão de risco e alocação de capital. Também houve defesa do uso de análises prospectivas de transição e do fortalecimento do stewardship (atuação e influência das gestoras nas empresas investidas) como instrumento para influenciar empresas e promover a resiliência sistêmica dos mercados.

Adaptação climática, segurança energética e biodiversidade sob holofotes

A adaptação climática também apareceu com destaque. Os participantes ressaltaram que os impactos físicos das mudanças climáticas afetam economias e carteiras de investimento, tornando indispensável ampliar investimentos em infraestrutura resiliente e soluções de adaptação. Também houve uma mudança de narrativa frente a outros anos, aproximando o conceito de resiliência das agendas de segurança econômica e estabilidade nacional. A eletrificação da economia foi apresentada como eixo central para conciliar segurança energética e descarbonização, enquanto setores de "hard to abate" (termo usado para setores da economia em que a redução de emissões de gases do efeito estufa é complexa e custosa nos modelos atuais), como aço, cimento e aviação, foram apontados como prioridades para a construção de roteiros setoriais e mecanismos de compartilhamento de risco.

+ Bagagem ESG: semana do clima de Londres foca na mobilização de capital privado para a transição

Outro tema recorrente foi a crescente convergência entre sustentabilidade, competitividade econômica e segurança energética. Isso porque, nos últimos anos, a transição energética passou a

ser defendida não apenas como resposta às mudanças climáticas, mas também como estratégia de fortalecimento econômico, redução da dependência de combustíveis fósseis e aumento da resiliência dos países diante de choques geopolíticos.

A agenda de biodiversidade também se consolidou como uma das principais fronteiras das finanças sustentáveis. Os debates mostraram que os riscos relacionados à natureza possuem características próprias e não podem ser tratados apenas como uma extensão da agenda climática. Dados científicos, ferramentas geoespaciais e o fortalecimento da participação das comunidades indígenas foram apontados como elementos fundamentais para a gestão desses riscos e para a viabilização de investimentos de longo prazo.

Saiba mais: relatório divulgado pela Ceres no PRI In Person analisa atuação de investidores institucionais globais em relação à natureza e à perda da biodiversidade

O pilar social do tripé ESG e a governança para IA

O componente social da sustentabilidade recebeu atenção. Salários dignos, inclusão financeira, desigualdade, educação e transição justa foram apresentados como fatores diretamente relacionados à estabilidade econômica e ao desempenho dos mercados no longo prazo. Os investidores reconheceram a necessidade de desenvolver métricas mais robustas para incorporar esses aspectos nas decisões de investimento.

+ Contribua para a evolução da agenda ESG no mercado de capitais: entre para a Rede ANBIMA de Sustentabilidade

Outros painéis debateram os impactos trazidos pela IA. A discussão foi se os riscos associados à tecnologia exigem uma resposta semelhante à construída para o clima, com frameworks, métricas, mecanismos de governança e supervisão por parte dos investidores. Embora existam aprendizados importantes da agenda climática, os debatedores concluíram que a velocidade de evolução da IA exige estruturas mais ágeis de governança, métricas adaptáveis e modelos regulatórios capazes de acompanhar transformações que ocorrem em semanas, não em anos.

O que esperar da COP31

A discussão sobre a 31ª conferência da ONU sobre mudanças climáticas reforçou uma das mensagens centrais do PRI in Person: o desafio é transformar ambição em implementação. Os participantes destacaram que há capital disponível para financiar a transição, mas a mobilização depende de políticas públicas previsíveis, sinais regulatórios claros e um pipeline robusto de projetos investíveis. Nesse contexto, o papel dos investidores vai além da alocação de recursos, incluindo o engajamento com governos e reguladores para ajudar a construir ambientes favoráveis ao investimento.

A mensagem foi que o sucesso da COP31 dependerá menos de negociações de alto nível e mais da capacidade de governos e investidores trabalharem juntos para transformar estratégias climáticas em oportunidades reais de investimento e implementação em escala.

Conheça o ANBIMA em Ação 2026

O ANBIMA em Ação 2026 é o conjunto das principais iniciativas estratégicas da associação para este ano. Esse planejamento está ancorado em três frentes principais: desenvolvimento de mercados, institucional e transformação. **Confira o plano completo**.

Fonte: Anbima, em 27.10.2026.